



Escritas literárias de uma deslocação histórica: o “retorno”¹

Literary Writings of a Historical Displacement: The “Return”

Maria Luísa Leal

Universidad de Extremadura, Badajoz / Espanha

lleal@unex.es

Resumo: Como é que três escritoras oriundas de Angola e Moçambique representam, em três romances escritos em 2009 e 2011, o movimento de retorno forçado a Portugal em 1975? Como se articulam memórias individuais e história? Quais as implicações da focalização narrativa? Estas e outras questões decorrem do quadro histórico e teórico representado nos romances: o do Portugal colonial e pós-colonial. O conceito de “retorno” permite aprofundar a questão da identidade individual e nacional e avançar algumas reflexões sobre um tema que ganha se cruzarmos diferentes ferramentas teóricas: estudos pós-coloniais, imagologia, estudos de género e narratologia.

Palavras-chave: retornados; identidade; subjetividade; colonialismo; pós-colonialismo.

Abstract: How do three women writers from Angola and Mozambique represent, in novels written in 2009 and 2011, the historic movement of forced return to Portugal in 1975? How are individual memoirs and history articulated, and what are the implications of narrative focus? These and other questions are the result of the historical and theoretical framework represented in the novels: that of colonial and post-colonial

¹ Este trabalho foi realizado ao amparo do grupo de investigação da Universidad de Extremadura Lenguas y Culturas en la Europa Moderna: Discurso e Identidad (CILEM-HUM008), catalogado pela Junta de Extremadura e pertencente ao sistema extremeño de I+D+i”. Uma primeira versão do mesmo foi apresentada oralmente como comunicação no *II Congresso Internacional Línguas, Culturas e Literaturas em diálogo: Identidades Silenciadas*, Brasília, 16-18 de agosto de 2018 (organizado por: Universidade de Brasília, Università Degli Studi di Perugia CILBRA – Centro Studi Comparati Italo-Luso-Brasileños).

Portugal. The concept of “return” allows us to deal with individual and national identity issues, and suggest some reflections on a theme that gains ground if we cross different theoretical tools: Post-Colonial Studies, Imagology, Gender Studies and Narratology.

Keywords: returnees; identity; subjectivity; colonialism; post-colonialism.

Recebido em: 29 de maio de 2019.

Aprovado em: 30 de julho de 2019.

Um espaço de nada

Por íntima deslocação do sujeito

Para espaços de outrem

Nascem as catástrofes humanas

E as maravilhosas aventuras

Entre catástrofe e aventura

Um espaço de nada

Um nada de tempo

Variações de ser

Maria Isabel Barreno

Na história recente de Portugal há um momento não muito distante no tempo (reportamo-nos ao ano da independência das colónias, 1975) que é de importância crucial para a reflexão sobre a identidade nacional que se tem vindo a apresentar como uma característica determinante da literatura portuguesa dos últimos 30 anos: a situação do retorno maciço de pessoas como consequência do processo de descolonização. A guerra colonial, que durou 13 anos, o colonialismo e depois o retorno deram origem a uma literatura que, segundo a formulação de Margarida Calafate Ribeiro numa obra intitulada *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo* (RIBEIRO, 2004), se pode dizer de “regressos” ou “retornos”. Esta literatura conta com nomes tão importantes como António Lobo Antunes, João de Melo, Lídia Jorge, Manuel Alegre, Helder Macedo, entre outros.

A exegese das obras destes autores e o ensaio literário, historiográfico e sociológico, sobretudo o que trata de questões de identidade nacional, têm convocado outros tantos nomes de estudiosos como Eduardo Lourenço, Boaventura Sousa Santos, Maria Paula Meneses, Francisco Bethencourt, Maria Alzira Seixo, Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi ou Ana Margarida Fonseca. Nenhuma destas duas listas se encontra completa e aquilo que se pretende com ambas é apenas dar fê da existência de uma temática literária que trata da questão de uma particular relação de Portugal com África, a do colonialismo.

Esta relação colonial nunca foi objeto de um debate nacional amplo (nem antes da independência das colônias nem no quadro dos novos países lusófonos) e viu-se, durante bastante tempo, negada enquanto problema e apressadamente votada ao esquecimento, como acontece com os traumas recalcados, tanto num plano individual como coletivo. É nessa negação que têm origem imagens como a do “colonialismo inocente”, do “bom colono” ou a manutenção de mitos identitários como o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, com a sua postulação, explicação e defesa de uma portugalidade multirracial e mestiça. Este mito identitário foi utilizado por Salazar para negar a existência de colonialismo e, por consequência, das práticas violentas que este arrastava. Negava-se a existência de colônias, apresentadas com províncias ultramarinas. Como se poderia falar de colonialismo, se Portugal não tinha colônias? Negava-se a existência de racismo. Como se poderia falar de racismo se os portugueses eram de todas as cores?

Entre a justificação pseudo-científica do luso-tropicalismo e as imagens presentes nos livros escolares, a máquina de propaganda criou um branqueamento e um caráter de exemplaridade tendentes a fazer passar a relação da metrópole com África por um colonialismo inocente de que todos beneficiavam, nomeadamente os que eram objeto de “civilização”, os colonizados (não designados dessa forma pois, como ironicamente se diz num dos romances que estudamos neste trabalho, *Caderno de Memórias Coloniais*, os portugueses nunca praticaram o colonialismo). E há que dizer que esta imagem que se pretendia marca distintiva em relação a outros regimes coloniais se, por um lado, contava com pouca credibilidade internacional, por outro lado servia para a construção de auto-imagens entre os portugueses diretamente implicados na relação com África. Trata-se de auto-imagens legitimadoras, desculpabilizadoras, com boa dose de omissão e esquecimento. Ora, uma das figurações do

esquecimento descrito é precisamente a do retornado que, ao chegar a Portugal num movimento de descolonização que durou três meses, se integrou rapidamente e rapidamente se viu despojado de memórias que jamais se consideraram oportunas, tanto social como politicamente. Como foi isto possível? Ou será que isto nunca aconteceu? Que, pelo contrário, o colonialismo existiu e tanto a crueza das suas práticas como as feridas da descolonização o transformaram num monstro negado, “impensado”?²

Recorde-se que a insustentabilidade de uma identidade nacional de carácter imperial quando os grandes impérios do Ocidente viviam já uma época poscolonial motivou a mobilização militar que pôs termo ao regime de Salazar e Marcelo Caetano, a Revolução dos Cravos, a independência das colónias e o início de uma era em que Portugal entrou na Comunidade Económica Europeia e passou a viver, em relação a África, uma relação pós-colonial. Esta mudança teve um momento crucial: o retorno. Tomar como ponto crucial da mudança esse momento e criar obras literárias que o tematizam é também criar uma oportunidade para passar em revista injustiças históricas e, através do confronto com o sofrimento que lhe está associado, lançar um debate capaz de abanar alicerces identitários.

A esse momento do retorno se refere Maria Alzira Seixo ao comentar o romance *As Naus*, de António Lobo Antunes, como uma “noção crucial na história recente da civilização portuguesa” que nos colocaria perante uma contaminação entre a inspiração clássica do naufrágio e o processo de descolonização que provocou o retorno (SEIXO, 2002a, p. 185). De facto, o naufrágio pode ler-se como um *topos* de alcance metafórico, significando a punição da ambição que ocorre quando o ser humano deixa a terra firme para buscar, sobre a superfície móvel da água, algo que lhe estaria vedado por natureza. É então que a superfície se transforma em abismo e tem lugar o naufrágio. Fazer equivaler o processo de descolonização a um naufrágio é assumir um ponto de vista que desafia o esquecimento e leva a contar com todas as peças do puzzle da descolonização tanto no momento em que esta teve lugar, como no presente, pois a ninguém convence que uma página de centenas ou dezenas de anos se encerre em tempo record. Valeria a pena citar, a este propósito, o livro de Eduardo Lourenço que foi publicado em 2014 com o cuidado editorial de Margarida Calafate

² Alusão à obra de Eduardo Lourenço intitulada *Do colonialismo como nosso impensado* (2014).

Ribeiro e Roberto Vecchi, mas que apresenta uma linha de pensamento que o autor desenvolveu ao longo de mais de cinquenta anos e que reúne vários ensaios sob o título *Do Colonialismo como Nosso Impensado*. É, com certeza, o olhar mais prolongadamente dessassombrado, crítico, corajoso, trágico e irônico que acompanhou o colonialismo português a partir dos anos cinquenta. Embora o pensamento de Eduardo Lourenço sobre Portugal e a Europa seja bastante mais conhecido, a reunião dos seus ensaios sobre o tema num único volume permite perceber como o seu pensamento é premonitório e se vê refletido no conjunto de romances sobre o retorno que escolhemos como corpus para o presente trabalho.

Os romances que constituem o corpus são três e cobrem dois espaços: de Moçambique, temos o *Caderno de Memórias Coloniais* (2009), de Isabela Figueiredo. De Angola, temos *O retorno* (2011), de Dulce Maria Cardoso e *Os Pretos de Pousaflores* (2011), de Aida Gomes. Os espaços em questão são representados e perspectivados em função de um tema que não é meramente ficcional, situando-se, em boa medida, no plano da realidade. Não sendo objeto da literatura, desde o realismo e o naturalismo do século dezanove ou o neo-realismo do século XX, refletir fielmente a realidade, seria interessante averiguar que tipo de relação se estabelece entre os três universos diegéticos destes romances e o mundo real. Em *Do Colonialismo como nosso Impensado*, Eduardo Lourenço diz que existe a crença infundada de que a Literatura é espelho da Realidade, “quando é mais certo que ela é filha de uma relação dialética com ela”³ (LOURENÇO, 2014, p. 130).

A relação dialética entre literatura e realidade prende-se, nomeadamente, com questões de género literário que estão na base da classificação e receção das três obras literárias em apreço.⁴ As três são consideradas romances, sendo a mais “clássica”, quanto à sua construção, *O retorno*, de Dulce Maria Cardoso. Em relação a *Caderno*

³ Eduardo Lourenço desenvolve uma análise tão complexa como interessante do papel da epopeia camonianiana sobre a consciência dos portugueses em relação à realidade do seu colonialismo que ultrapassa o âmbito em que lhe tomamos a palavra e para a qual remetemos (LOURENÇO, 2014, p. 130-137).

⁴ Se a epopeia esteve ao serviço de uma hipertrofia da consciência nacional que legitimava a colonização – muito para além da época em que foi escrita e com particular efeito durante o regime político baseado num colonialismo que negava formalmente –, é interessante observar que a desmontagem dessa narrativa nacional apresenta esta característica: a coincidência da escrita de três mulheres no género “romance”.

de Memórias coloniais, é curioso observar como, apesar da profusão de elementos peritextuais que remetem para a vida da autora (principalmente fotografias pessoais) ou paratextuais (entrevistas), a obra é recebida como um romance. Ainda que não entremos na interpretação da relação entre essas fotografias e o texto, não podemos deixar de registrar o jogo que instituem entre a figura da autora e a da narradora e o cruzamento de um plano ficcional com o da realidade. É como se a autora entrasse no universo diegético e se cruzasse com a narradora, criando também um cruzamento de níveis narrativos a que Gérard Genette, na sua obra *Figures III* (1972) chamou metalepse.

A metalepse, em termos de construção narrativa, institui uma metaficção, isto é, uma obra que põe a nu a sua própria construção. No caso do *Caderno*, este cruzamento é desafiante e, em vez de ser um simples mecanismo de verificação em relação aos acontecimentos narrados, parece ser recebido como um romance que dá a ver a sua construção narrativa e se faz aceitar como uma forma romanesca que não se rege simplesmente pelo pacto de ficcionalidade, instaurando uma nova convenção: em vez de romance = ficção, temos: romance = realidade + ficção. Trata-se de uma obra que mantém, na sua paginação, a hibridez de registos e as fases de composição em que podemos identificar a recolha de materiais autênticos que corroboram as lembranças e estão ao serviço da recuperação da memória individual (um eu híbrido, mistura de ser de papel, a narradora, e ser real que viveu os acontecimentos narrados, a autora) e da recuperação da memória coletiva. Esse “eu” híbrido foi constituído em depositário de uma memória traumática do grupo a que pertencia (a dos massacres de brancos às mãos dos negros, em 1975), mas acaba por dar-lhe uma utilização diferente e constituir uma memória coletiva de alcance muito maior. Resumindo: ninguém vê o uso da memória de vivências pessoais e o uso de testemunhos e vestígios documentais como um processo que mude o estatuto genológico da obra e é por isso que é recebida como romance.

Em contrapartida, em *Os pretos de Pousaflores*, apesar de não haver, por parte de Aida Gomes, nenhuma reivindicação de memória autobiográfica e de a obra apresentar uma construção narrativa bastante complexa, uma questão que é frequentemente colocada à autora é se a história contida no romance é autobiográfica. Há, na obra, um fundo autobiográfico, mas que se manifesta através de biografemas dispersos e que têm como efeito a criação de zonas de ambiguidade. Atente-se

no seguinte exemplo: no romance há uma personagem, Justino, que aos quatro anos já sabia ler. Aida Gomes conta, numa entrevista, que ela aprendeu a ler aos quatro anos. É uma coincidência que não passa despercebida e que se constitui como uma eventual linha interpretativa. O efeito criado é, numa primeira análise, pôr em paralelo os percursos da personagem do romance que aprendeu a ler aos quatro anos e da autora. A autora está aí, no plano da realidade, como prova viva de que isso é possível e, desse modo, confere verosimilhança ao facto de Justino, no plano da obra, possuir o mesmo dote de exceção. Este talento para a leitura é corroborado pela posse de outros talentos, como a posse de conhecimentos excepcionais de geografia. E tudo isso acentua o facto de pouco lhe servirem para ter êxito na vida.

Tendo sugerido a existência de uma relação complexa entre a memória individual e a construção romanesca, necessário se torna sublinhar que estamos perante obras que surgem da pena de três escritoras que de facto viveram o retorno. Há que observar que as obras são publicadas com dois anos de diferença, num caso, e no mesmo ano, noutro caso, que as suas autoras pertencem à mesma geração (a dos netos que Salazar não teve e que rondam atualmente os 55 anos) e que parecem ter levado sensivelmente o mesmo tempo a lidar com a memória até lhe virem a dar forma romanesca (entre trinta e trinta e cinco anos).

Por que motivo terão passado um testemunho tanto tempo depois? Que aconteceu, no plano histórico, de determinante na relação dialética entre estas obras e a realidade? Aquilo que Margarida Calafate Ribeiro designou como “uma viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial” e que, numa belíssima imagem, interpretou como “a viagem de retorno pós-colonial a África” (RIBEIRO, 2004, p. 1). O retorno contado nos romances é uma viagem com o sentido África-Lisboa, é a viagem historicamente forçada da descolonização e as três autoras são personagens individuais dessa história coletiva. Nessa altura, não têm voz, são crianças que precisam de crescer e encontrar a sua voz como escritoras (devem viver um processo de aprendizagem). Trinta anos mais tarde, já podem contar a viagem que permite narrar as respetivas experiências da descolonização e do fim do colonialismo – experiências ficcionalizadas, sublinhe-se – e essa viagem será, para todas, um retorno a África. E, naturalmente, cada uma terá os seus silêncios e as suas histórias a que dar voz.

Um breve apontamento sobre os aspetos que a crítica mais destacou de *O retorno* e do *Caderno de memórias coloniais*: no caso do *retorno*, teve particular destaque o narrador-personagem, Rui, cuja transformação ao longo da narrativa inscreve a obra na categoria do romance de aprendizagem, tendo as suas mudanças pessoais uma correspondência com o mundo em transformação. Com a perspetivação narrativa de Rui combinam-se outras (pai, mãe, irmã, tio Zé, diretora do hotel...), remetendo esta construção polifónica para o que Isabel Cristina Mateus considerou o “confronto das diferentes representações da colonialidade” (MATEUS, 2013, p. 203). O trajeto pessoal de Rui traçaria uma curva que começa na “nossa Angola” e acaba na crença de que “um quarto pode ser uma casa e este quarto e esta varanda de onde se vê o mar é a nossa casa” ou que “o futuro pode ser onde se quiser”. Sempre segundo Isabel Mateus, Rui assumirá “o exílio como condição ontológica, com a sabedoria e o distanciamento de quem se reconhece estrangeiro na casa do mundo. De quem aprendeu na dor que qualquer forma de território familiar – incluindo a linguagem – pode esconder uma forma de prisão, de passado” (MATEUS, 2013, p. 208).

No caso do *Caderno de memórias coloniais*, a consideração de que se trata de um livro capaz de gerar futuro – por contraste com a literatura passadista e saudosista dos tempos coloniais, da “África minha” – devido ao facto de “lidar com o mais poderoso fantasma de África – o colonialismo e as relações desiguais de poder em que assenta” (RIBEIRO, 2004, p. 3). Recuperando a memória da segunda geração de retornados, que inauguraria uma relação ética com a experiência dos pais, esta obra vem reivindicar um reconhecimento público dessa memória, ao mesmo tempo que postula que nenhum colonialismo é subalterno e inocente, que todos se baseiam na exploração do trabalho, no racismo e no medo colonial. A obra tentaria fazer a síntese entre um excesso de memória individual e a falha da memória coletiva.

Apesar do jogo com a focalização narrativa e a construção polifónica que se consegue com uma perspetivação narrativa feita através de várias mundividências, as vozes que emergem do silêncio são as dos filhos dos colonos e suas famílias e amigos. No caso do *Caderno de memórias coloniais*, as poucas vezes em que os negros têm voz representam uma ameaça ou causam perplexidade. Por exemplo, a narradora receia ficar grávida se falar com miúdos negros ou fica surpreendida quando, tentando desfazer-se de um anel de que não gostava,

o deixa cair ao chão e rolar até às primeiras filas, na sala de cinema, filas em que apenas se sentavam negros. Contra todas as suas expetativas, há um miúdo que sai do seu lugar e vai, de fila em fila, perguntando se o anel veio daí. Não se pode dizer que haja um discurso direto do colonizado, embora este seja largamente representado no romance. A sua mundividência é filtrada pela consciência da narradora-personagem.

Em nossa opinião, o terceiro livro do corpus, *Os pretos de Pousaflores*, representa realmente um passo mais adiante no processo de dar voz ao colonizado, permitindo um auspicioso cruzamento de olhares. E, embora tenha vindo a lume no mesmo ano que *o Retorno*, em 2011, já não é apenas uma obra característica do pós-colonialismo, com o seu lado de denúncia e problematização daquilo que este foi, começando pela postulação da sua existência e pela discussão das suas particularidades, no caso português. Estaríamos mais perante uma obra que se inscreve no processo mundial de criouliização de que fala Glissant (relação entre culturas da qual resultam novas e imprevisíveis identidades – “le métissage avec une valeur ajoutée qui est l’imprévisibilité” (GLISSANT, 1995, p. 17). Na perspetiva de Glissant, o sujeito envolvido é “Tout-monde”, um conceito que, à globalização e aos seus efeitos perniciosos, opõe um todo com alma, opacidade, intuição e poesia, que está para além das dicotomias, nomeadamente a de colonizador-colonizado. Nesta perspetiva, a descolonização não afeta só os que foram colonizados, mas o sistema cultural do mundo inteiro.

Em *Os pretos de Pousaflores* conta-se a mesma história do retorno de Angola, em 1975, mas dando voz e poder de enunciação narrativa a diversos atores do processo de descolonização que, com uma única exceção, partilham um traço: a sua distância em relação ao poder e à riqueza, a sua pertença a uma classe social que não tem voz nos dois outros romances estudados.

A narrativa é assumida por sete narradores, cada um deles responsável por um certo número de capítulos (cada filho tem doze, o pai dezoito, a última mãe catorze, a irmã seis e Dona Bela, um). À exceção do capítulo 55, todos os narradores são membros da mesma família, uma família sui generis, composta, no momento do retorno, por seis membros: Silvério, que é o pai, os seus três filhos, Belmira, Justino e Ercília, a sua terceira mulher, Deodata, e Marcolina, a irmã que nunca saiu de Pousaflores. Esta família corresponde ao Portugal crioulo em que deixa de ter pertinência a própria noção de identidade nacional como

quadro revelador das personagens do romance e das implicações sociais e históricas dos seus movimentos.

São, com poucas exceções, personagens em movimento, em tempos diferentes. Passamos a enunciar as principais deslocações.

- Do interior de Portugal para o interior de Angola. Mostram a implicação de Silvério, em 1941, na colonização e na “pacificação” de negros, os Mutileles, sobre quem corriam temíveis histórias de antropofagia. Silvério, o colonizador que participou nesse movimento militar às ordens de portugueses – mas partilhando o nível de importância dos auxiliares indígenas, de origem nurerere –, terminada a expedição militar, oferece-se para ficar com um velho, três mulheres e quatro crianças, a quem dirige as seguintes palavras, que havia aprendido na convivência com os mutileles: “siami mukuali”. Estas palavras significavam “levem-me para vossa casa”, o que fizeram, tendo ele acabado por ficar 16 anos com os Mutileles em Queligeli, a aldeia do soba Chingandji.
- Do interior de Angola para Lisboa, depois de 1975. O movimento de Deodata, a terceira mulher de Silvério, para juntar-se ao marido em Pousaflores, leva-a do Huambo ao Lobito, a Luanda e depois a Lisboa, atravessando zonas de guerra onde perde a irmã e chegando a Portugal como refugiada.
- De Pousaflores para os arredores de Lisboa e depois para Luanda, em finais do século XX. É o movimento de Justino, o filho de Silvério e da Manuene, uma mulher de uma tribo extinta, cujos membros não permaneciam mais de uma noite no mesmo sítio e que, como Silvério, tinha sido acolhida pelos Mutileles; a Manuene foi morta por Silvério quando Justino tinha seis meses, o que o levou a crescer com o sentimento de ter nascido do nada.
- Dos arredores de Lisboa para a Suíça. É a viagem de Belmira, neta do soba Chingandji, que havia dado a sua filha Geraldina a Silvério, quando este lhe confessou ter matado a Manuene.

Se se nos permite uma metáfora, diríamos que estas personagens do romance de Aida Gomes parecem mover-se na zona de rebentação das ondas da história. Sentem profundamente as consequências das mudanças históricas, mas não como intervenientes com voz ativa nessa

matéria. É por isso que o romance vai realmente longe no processo de concessão de uma voz a personagens que a não têm.

Detenhamo-nos ainda no “caso” de Belmira, a menina com alma de poeta, atraída por Florbela Espanca quando já estava em Pousaflores. É a neta do soba Chingandji, amigo e mestre de Silvério. É na sua boca que são postas as seguintes palavras, no *incipit* do livro: “A mãe Geraldina dizia que os brancos escrevem nos livros e nós, os de Quelingeli, escrevemos no peito” (GOMES, 2011, p. 9). Belmira é levada por Geraldina ao pai, para regressarem a Pousaflores, em 1975. Ela é de Quelingeli, “profundezas de Angola”, o movimento para a aldeia de Portugal onde é topicamente recebida como “preta da Guiné” não é retorno nenhum, é desenraizamento. Arrancada de um território, irá, depois de Pousaflores, parar aos arrabaldes de Lisboa, onde se dedica por uns tempos à prostituição, tendo como cliente regular um coronel dos comandos que dera em mercenário e depois em fabricante de ursinhos de peluche para uma multinacional com sede em Basileia. Ela própria partirá um dia, à boleia num camião, e acabará a trabalhar na Suíça, numa fábrica de brinquedos. Quando sobe ao camião e o camionista lhe pergunta pela bagagem, dirá que é ela própria a bagagem, refletindo sobre a sua família e concluindo que eram todos bagagem do seu pai.

Mas tem mal ser bagagem?, quer saber o camionista.

Assim à partida, não, mas a bagagem pode contar a sua própria história? (...) Não, a bagagem não tem como contar a sua própria história. A bagagem nunca se apodera da viagem. O mesmo se passa com a história do caçador do leão, quem vai contar? O leão não vai contar. Vai ser sempre o caçador. Foi ele quem montou a emboscada. Só ele pode contar como foi. (GOMES, 2011, p. 284).

Concluimos com uma questão: quem é o caçador, nos três romances? O pai. Temos três pais colonizadores, apanhados pela descolonização, dois deles presos no momento do regresso, outro regressando já velho e doente à sua aldeia natal. Quem conta a história? No *Caderno de Memórias Coloniais*, a filha do colono, a menina que com ele tem uma relação de amor-ódio e que, apesar de sentir que o traiçoa ao não veicular a mensagem dos que estavam com o pai, lhe presta a homenagem da lembrança que cria futuro. N’o *Retorno*, o filho em crescimento, que rompe com a mundividência do Portugal colonial e reivindica o exílio e o desapego como lugar ontológico. N’os *Pretos*

de *Pousaflores*, um coro de narradores com o qual, através da ficção (e na linhagem de um Saramago que Aida Gomes reivindica na sua apresentação, na badana do livro), a autora pretende corrigir injustiças históricas e dar voz a todos.

Aida Gomes coloca-se para além do “pensamento abissal” de que fala Boaventura Sousa Santos em *Epistemologias do Sul* (SANTOS, 2010, p. 23-71). Este pensamento caracteriza-se como o que “opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha)” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 13). A polifonia narrativa da obra de Aida Gomes, em nosso entender, constitui um verdadeiro exemplo de um pensamento epistémico do Sul, aquele que, procura “reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo”, instituindo uma “ecologia de saberes” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 12-13). A ecologia de saberes está, para a epistemologia, como a polifonia narrativa d’*Os Pretos de Pousaflores* está para a história. Boaventura Sousa Santos nega a supremacia absoluta do saber ocidental e a existência de uma epistemologia geral ocidental (surgida da necessidade de domínio típica do colonialismo), postulando a legitimidade de outros saberes. A afirmação de um saber outro só pode ter lugar quando se dá voz a quem detém esse saber. Tal é o alcance do romance de Aida Gomes.

A autora constrói um romance realmente plural, exemplo dos dias de hoje, da coexistência de espaços com tempos muito diferentes e de histórias com leituras divergentes, como a do soba Chingandji: para os militares portugueses, ele foi derrotado e, pelo pouco valor que lhe atribuíram, ofereceram-no como espólio a um “pacificador”; porém, os seus reconheceram-no como vitorioso, ao voltar a casa com um português, viva prova do seu triunfo na eterna luta com os brancos. Para Silvério, o soba Chingandji foi muito mais que um despojo de guerra, foi o sábio a quem ele tantas vezes deu ouvidos, o seu mestre em África. Aida Gomes dá um passo além do ressentimento e, na sua tradução dos saberes das personagens-narradoras, consegue belíssimas páginas de poesia, opacidade em que intuímos uma possibilidade de comunhão.

Referências

- CARDOSO, D. *O retorno*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- FIGUEIREDO, Isabela. Caderno de memórias coloniais. Lisboa: Caminho, 2009.
- GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- GLISSANT, E. *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard, 1995.
- GOMES, A. *Os pretos de Pousaflores*. Lisboa: D. Quixote, 2011.
- LOURENÇO, E. *Do colonialismo como nosso impensado*. Org. e pref. Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi. Lisboa: Gradiva, 2014.
- MATEUS, I. C. Um terraço que seja seu: notas sobre *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso. *Colóquio/Letras* (Notas & Comentários), Lisboa, n. 182, p. 200-209, 2013.
- RIBEIRO, M. C. *Uma história de regressos*. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010. p. 23-71. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. 2. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2010.
- SEIXO, M. A. *As naus*. O retorno inverosímil. In: _____. *Os romances de Lobo Antunes*. Lisboa: Dom Quixote, 2002a. p. 167-194.